



Iº Encontro de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Palácio Conde Penafiel, Lisboa, 27 de maio

Seminário: “Promoção e proteção de direitos humanos nos Estados-membros da CPLP.”

Intervenção do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy

- Exmo. Sr. Provedor de Justiça de Portugal, co-organizador deste evento;
- Senhores Provedores de Justiça dos Estados membros da CPLP;
- Exmo. Srs. Embaixadores e representantes dos Estados Membros da CPLP;
- Sra. Representante da Alta Comissária dos Direitos Humanos da ONU;
- Senhoras e Senhores representantes das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) dos Estados-membros da CPLP;
- Senhores representantes do Corpo Diplomático e de Organizações Internacionais;
- Demais autoridades presentes;
- Minhas Senhoras e meus Senhores.

É com imenso prazer que saúdo a presença de V. Excelências neste Evento onde vamos abordar uma matéria de extrema importância para a nossa Comunidade e que, desde a sua génese, a CPLP tem defendido e promovido ativamente. Espero que a Vossa presença em Lisboa e na nossa Sede, represente uma nova página nas relações entre a CPLP e as instituições de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Ao constituírem a CPLP, em 1996, os Chefes de Estado e de Governo assumiram o compromisso de canalizar o potencial representado pela pujança das relações históricas, culturais e humanas entre os seus Povos

para um projeto mobilizador de capacidades e vontades que abraze caminhos comuns e solidários para os seus cidadãos.

A CPLP, procurando usar a força dos seus 8 Estados geograficamente descontínuos e inseridos em contextos de integração regional próprios e espalhados por quatro continentes, assume o desafio de contribuir ativamente para a proteção e promoção dos Direitos Humanos enquanto princípios e valores estruturantes da nossa Comunidade.

Cada vez mais assumimos o desafio de ser um espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre povos que partilham não só o elemento linguístico-cultural, mas também outros valores comuns que os identificam, como a Paz, a Democracia, os Direitos Humanos, o Desenvolvimento e a Justiça Social.

Assim, o espaço da Comunidade é um espaço onde a defesa e a promoção dos valores mais sublimes da dignidade humana se assumem como condições indispensáveis para o desenvolvimento e progresso dos nossos povos.

Em 2003, a CPLP reconheceu a importância da defesa e promoção dos Direitos Humanos aprovando uma Resolução sobre direitos humanos e abolição da pena de morte.

O exercício pleno desses direitos fundamentais por cada um dos cidadãos dos nossos Estados é, para toda a Comunidade da CPLP, um horizonte que não podemos perder de vista. E assim, o bem-estar de cada um e o de todos reforçam-se mutuamente, tal como os direitos humanos se reforçam mutuamente e contribuem para os mesmos fins.

A CPLP tem procurado desempenhar um papel ativo no acompanhamento do estabelecimento e reforço de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) em todos os Estados membros, baseadas em padrões internacionais.

O passo que a Comunidade dá ao realizar este Encontro, do qual se espera resulte na criação de uma Rede de instituições nacionais de direitos humanos, deve ser reconhecido como um marco inquestionável da determinação da nossa Comunidade na defesa dos Direitos Humanos.

Minhas Senhoras e meus senhores,

A defesa e promoção dos direitos mais sublimes do ser humano são indissociáveis objetivos que a CPLP busca em todos os seus projetos de cooperação.

A CPLP tem incrementado o seu papel enquanto promotora de cooperação para o desenvolvimento, intervindo em diversas áreas desde a saúde, género e empoderamento da mulher, direitos das pessoas portadoras de deficiência, trabalho infantil, proteção social, juventude, educação para a cidadania, migrações para o desenvolvimento, ambiente, segurança alimentar, entre outros.

Temos apostado em definir Planos estratégicos nas diferentes áreas de intervenção, que visam enquadrar as ações e projetos de cooperação segundo aquilo que é identificado pelos Estados-membros como prioritário, tendo em conta os objetivos e necessidades reconhecidos, e avançando para intervenções estruturadas e sustentáveis.

A comunicação e a troca mútua de experiências e boas práticas, aos mais diversos níveis é imprescindível para que a Organização possa obter o conhecimento que virá ulteriormente a enformar as opções políticas e estratégicas.

São estas dinâmicas que nos permitem aproximar, em todos os níveis, do conjunto de atores com os quais a CPLP trabalha e pretende alargar o seu diálogo para, conjuntamente, consolidar a Comunidade.

Minhas Senhoras e meus senhores,

No esforço de contribuição para a vida democrática dos nossos Estados membros, a CPLP tem enviado Missões de Observação Eleitoral da CPLP, apoiando o processo de fortalecimento dos processos democráticos nos nossos países.

A CPLP preza as boas relações que mantêm com as Nações Unidas e com as suas Agências, e espera fortalecer os vínculos já existentes, contribuindo assim para o fortalecimento duma relação de parceria, que na área dos direitos humanos, remonta à assinatura, em 2006, de um Memorando de Entendimento com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Alto Comissariado teve um papel preponderante no caminho trilhado até aqui, em especial no apoio ao Seminário que teve lugar na Cidade da Praia, em Outubro passado.

É também uma feliz coincidência que hoje assistiremos ao lançamento da versão em português do manual Compreender os Direitos Humanos, que será uma importante ferramenta para os profissionais dos nossos Estados membros sobre a problemática dos Direitos Humanos, agora em Língua Portuguesa, e que se espera possa contribuir para o reforço da consciencialização dos nossos cidadãos para esta temática.

Minhas Senhoras e meus senhores,

Infelizmente, milhões de pessoas nascem e morrem sem nunca saberem que são titulares de direitos humanos e, por esse facto, incapazes de apelarem aos seus governos para que cumpram com as suas obrigações e compromissos.

Restrições ao pleno gozo de todos os direitos humanos resultam em violações sérias da segurança humana que não só ameaçam a existência de um grande número de pessoas como contribuem para a sua vulnerabilidade à violência, aos maus tratos e ao seu silêncio a nível social, político e económico.

Portanto, os conceitos de segurança humana, direitos humanos e desenvolvimento humano são coincidentes, contingentes e reforçam-se mutuamente.

O caminho ainda é longo mas já foi mais longo e a CPLP pretende, com o apoio de todos, conjugados em iniciativas como a de hoje, contribuir positivamente para a melhoria progressiva das condições de vida dos seus cidadãos.

Acreditamos que juntos, podemos fazer a diferença, utilizando aquilo que de melhor temos e buscando na solidariedade intracomunitária o apoio indispensável ao progresso das nossas sociedades e ao desenvolvimento sustentável de todos e de cada um.

Contem connosco!

Muito obrigado pela Vossa atenção.
